

Relatório e Contas



APQV

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DA QUALIDADE DE VIDA

2018

29 de março de 2019

Índice

<i>I. Mensagem do Presidente</i>	3
<i>II. Enquadramento Jurídico</i>	4
<i>III. Missão, Visão e Valores</i>	5
<i>IV. Análise SWOT</i>	6
<i>V. Órgãos Sociais</i>	7
<i>I. ASSEMBLEIA GERAL</i>	7
<i>II. DIREÇÃO</i>	7
<i>III. CONSELHO FISCAL</i>	7
<i>VI. Principais Acontecimentos</i>	8
<i>I. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO</i>	8
<i>II. OBJETIVOS PRINCIPAIS</i>	8
<i>III. TRABALHO DESENVOLVIDO</i>	8
<i>IV. NÚMERO DE ASSOCIADOS</i>	12
<i>VII. Relatório de Gestão</i>	13
<i>I. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</i>	14
<i>VIII. Demonstrações Financeiras</i>	16
<i>I. BALANÇO</i>	16
<i>II. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS</i>	17
<i>III. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</i>	18
<i>IV. ANEXO</i>	19
<i>IX. Parecer do Conselho Fiscal</i>	25

I. Mensagem do Presidente

A APQV – Associação Portuguesa da Qualidade de Vida tem 2 anos de existência, repletos de sinergias, de confraternização, espírito de equipa, dinamismo e esperança em podermos chegar à nossa meta “Medir a qualidade de vida dos Portugueses”.

Estes dois anos foram de muita conquista, sobretudo porque conseguimos criar aproximação com a comunidade local, através do desenvolvimento de atividades, na área da solidariedade social; voluntariado; congressos; seminários e outros projetos.

Considero que este ano foi um ano especial pela aprovação da Candidatura com a Tipologia de Intervenção 3.05-Capacitação para a Inclusão, financiada pelo Fundo Social Europeu, ao abrigo do POISE e do Programa PT2020. Este projeto está a promover a formação de competências pessoais e profissionais de pessoas que apresentam baixas qualificações, e que por algum fator encontram-se em situação vulnerável. Sentimo-nos muito orgulhosos por estarmos a conseguir atingir os nossos objetivos, nomeadamente chegar a formação ao maior número de pessoas, sobretudo quando ouvimos mensagens como: “Já não sentia esta autoestima há muito tempo”. Não pretendemos que as pessoas alcancem boas notas, mas que desenvolvam competências de saber ser, fazer e estar, em sociedade. São situações como estas que queremos ver nos próximos anos, inculcar e possibilitar a mudança nas pessoas, na medida de criar e promover qualidade de vida!

Espero continuar a conquistar a esperança daqueles que sempre estiveram ao lado da APQV – Associação Portuguesa da Qualidade de Vida, inclusive conquistar a de novos membros.

Termino esta mensagem com o lema da APQV: “O trabalho em rede e a união de esforços são o caminho para atingir um objetivo comum: A melhoria da Qualidade de Vida de todos os Portugueses!”.

José Manuel Barbosa Teixeira

Presidente da Direção



II. Enquadramento Jurídico

A APQV – Associação Portuguesa Da Qualidade De Vida rege-se pelo seu Estatuto.

Tem a sua sede em Rua Dr. António Cerqueira Magro, Edifício Cidade Nova, Bloco D, R/C, Fração B, 4615-594, União de Freguesias de Vila Cova Da Lixa e Borba de Godim, Felgueiras, e filiais em Braga e Tabuaço.

Nos termos do artigo 23º, compete à Direção “Elaborar e aprovar a prestação de contas e o relatório anual de atividades, para encaminhamento ao Conselho Fiscal”. Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para o efeito, apresenta a Direção o Relatório e Contas do período de 2018 da APQV - Associação Portuguesa Da Qualidade de Vida.

III. Missão, Visão e Valores

Missão - A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA tem como missão medir a qualidade de vida dos Portugueses e posteriormente criar um observatório de medição da qualidade de vida, no interior de Portugal, pois uma vez mais considera que é pertinente e urgente trabalhar com as comunidades mais desfavorecidas ao desenvolvimento, como é o caso do interior de Portugal.

Visão - A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA urge a necessidade de atuar perante na emergência social, através de atuações práticas, persistentes e próximas das pessoas, na área dos valores humanos e consequentemente na igualdade! Não pretende resolver todos os problemas emergentes na área da igualdade, pertence sim envolver a participação ativa das pessoas, para que estas adquiram capacidades de resolver e ou minimizar os seus próprios problemas. APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA utiliza a máxima “não dar o peixe mas ensinar a pescar”.

A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA acredita que a minimização dos problemas é possível através da Educação, não apenas de carácter formal e informal mas sobretudo não formal. Acredita que os valores adquiridos são o potencial máximo para a coesão social.

Nesta perspetiva APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA pretende ter um papel ativo na comunidade dos concelhos de Felgueiras, Vila Real e Tabuaço, nas áreas promoção da coesão social, no desenvolvimento local, na luta contra as desigualdades. Reconhecendo sem dificuldades, que a criação de “Valor social” é a sua razão de ser, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar individual e coletivo.

Assim, e sobretudo porque neste momento as atenções se focam nas dinâmicas de superação de crise e dos elevados níveis de desemprego, acreditamos que é também o momento para “olhar mais longe” e para reforçar a aposta em projetos sociais de caráter inovador que pensem no “indivíduo como um todo”, e não em questões individualizadas. Prendemos uma sociedade mais justa e capaz de “pensar no outro”.

Valores – Responsabilidade Social, Transparência, Integridade e Responsabilidade.

IV. Análise SWOT

Fatores Internos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none">- Espírito de equipa;- Dinamismo;- Competência técnica;- Capacidade formativa.	<ul style="list-style-type: none">- Sustentabilidade.
Fatores externos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none">- Candidaturas a projetos;- Parcerias públicas e privadas.	<ul style="list-style-type: none">- Pouca consciencialização da importância do objetivo da APQV;- Apoios financeiros.

V. Órgãos Sociais

I. ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Maria Teresa Ferreira Carneiro

1º Secretário

Catarina Alexandra Abreu Macedo Sousa

2º Secretário

Alexandre João Dos Santos Quinteiro

II. DIREÇÃO

Presidente

José Manuel Barbosa Teixeira

Vice-Presidente

Sérgio Casimiro Da Costa Queirós

Tesoureiro

Romeu Miguel Sousa De Oliveira

III. CONSELHO FISCAL

Presidente

Natália Maria Pereira De Macedo

Vice-Presidente

Ana Fernanda Medeiros Ribeiro Rodrigues

Secretário

Ângela Luciana Da Cunha Marinho

VI. Principais Acontecimentos

I. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

O ano de 2018 foi essencialmente caracterizado pela aprovação e execução financeira do projeto POISE-03-4230-FSE-000579, Programa Operacional Inclusão Social e Emprego do Fundo Social Europeu, que tem como eixo prioritário promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação, sendo que o seu objetivo temático além dos pontos já referidos é a inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade. A tipologia da operação é “3.05 – Capacitação para a Inclusão”. Esta candidatura conforme anunciado anteriormente foi feita em abril de dois mil e dezassete e teve início em julho e dois mil e dezoito com uma duração de dez meses para a sua execução.

II. OBJETIVOS PRINCIPAIS

A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA – Associação Portuguesa da Qualidade de Vida tem como objetivo principal ser o primeiro instrumento a medir a qualidade a Qualidade de Vida dos Portugueses, além disso pretende ainda ser o primeiro instrumento a implementar medidas para a melhoria da Qualidade de Vida dos Portugueses, através da investigação científica e, conseqüentemente, da realização de colóquios, seminários, congressos, formações, workshops, conferências, para poder EDUCAR os Portugueses em todas as fases da vida.

III. TRABALHO DESENVOLVIDO

Candidaturas a projetos financiados:

Orçamento Participativo Portugal: Promover a Qualidade de Vida das mulheres vítimas de violência doméstica e de género

- Este projeto centra-se sobretudo na área de informação e sensibilização para a igualdade e na inclusão/autonomização das vítimas, atendimento e

acompanhamento das vítimas. Promover a integração profissional, social e pessoal das vítimas (competências profissionais, sociais e pessoais), melhorar a qualidade de vida do agregado familiar e da vítima, através do desenvolvimento de competências.

Prémio Especial 15 anos SIC Esperança – Delta

- O presente projeto tem como objetivo criar respostas de prevenção da saúde mental na 3ª idade na cidade de Felgueiras através do desenvolvimento de sessões de estimulação cognitiva com o objetivo de prevenir a perda das funções cognitivas através de sessões de grupo.

Academias Gulbenkian do Conhecimento

- O projeto urge na necessidade de promover no contexto escolar o empoderamento em crianças, no sentido de desenvolverem competências de comunicação, gestão de conflitos e de emoções, através da utilização da metodologia “devagar se vai ao longe”.

Programa Nacional de Microcrédito

- O Programa Nacional de Microcrédito, gerido e coordenado pela CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), pretende ser uma medida de estímulo à criação de emprego e ao empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades ao mercado de trabalho, facilitando-se não só o acesso ao crédito, bem como a prestação de serviço técnico à criação e consolidação dos projetos empresariais;
- A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA celebrou um protocolo de colaboração com a CASES, no sentido de se integrar a Rede de Entidades Certificadas para prestar apoio técnico no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito, tendo já elaborado cerca de seis projetos na área do comércio e serviços.

Execução da Candidatura com a Tipologia de Intervenção 3.05-Capacitação para a Inclusão, financiada pelo Fundo Social Europeu, ao abrigo do POISE e do Programa PT2020

- No âmbito da candidatura à Tipologia de Intervenção 3.05-Capacitação para a Inclusão, financiada pelo Fundo Social Europeu, ao abrigo do POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego) e do Programa PT2020, a APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA executou dois dos seis percursos de formação financiada e certificada de 300 horas, na zona norte. Estes percursos formativos destinam-se a grupos potencialmente vulneráveis, constituídos nomeadamente por pessoas com baixos rendimentos, desempregados de longa duração e beneficiários do RSI, baixos níveis de qualificação, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas tutelares executadas na comunidade, sem abrigo, pessoas com comportamentos aditivos e dependências.

Evento Solidário “Vamos ajudar o Ruben”

- A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA realizou o evento solidário tão esperado, “Vamos ajudar o Ruben”. Um evento solidário que uniu sinergias por um objetivo comum, melhorar a qualidade de vida do Ruben e da sua família. Este evento foi organizado pela APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA em parceria com o Centro Social Divino Salvador de Moure, mas dinamizado pela JPestinha, banda Pur’Acaso, Corpo e Alma e por um grupo amador de teatro. Após dois meses de muito trabalho e dedicação conseguimos mobilizar pessoas a estarem presentes neste evento, na qual podemos garantir que foram distribuídos 265 tickets de entrada para assistirem ao espetáculo. Através da solidariedade de cada pessoa conseguimos todos doar ao Ruben um cheque no valor de 1 570€. Podemos não conseguir mudar o mundo mas certamente que conseguimos mudar a vida do Ruben. Este evento contou com um junto de parceiros: ACLEM, rádio Felgueiras, estúdio Butterfly, junta de freguesia de Airões entre outros.

Participação na Convenção Nacional de saúde

- Nos 7 e 8 de junho de 2018 a APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA deu o seu contributo na Convenção Nacional de Saúde, realizada em Lisboa. O presidente da APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA, considerou que a Convenção Nacional de Saúde possa ser o pilar decisivo para a melhoria da saúde em Portugal.

Congresso: SexualidArte pra lá do Marão

- No âmbito da parceria estabelecida com a Associação Território dos Afetos, a APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA esteve representada pelo orador Professor Dr. Pinto de Sousa no **Congresso SexualidArte pra lá do Marão**, na 1ª Conferência "Sexologia Clínica e a abordagem pelos Profissionais de Saúde: O acesso à saúde sexual em Trás-os-Montes". O presente congresso, teve como objetivo promover o conhecimento na área da Sexualidade através da Arte e desenvolver competências de intervenção nas diversas questões no âmbito da sexualidade humana. É uma área de conhecimento de relevância central para a saúde sexual do indivíduo, nas vertentes clínica, social e comunitária.

Concurso fotográfico

- O Concurso fotográfico "Vivências Intergeracionais" foi organizado e promovido no âmbito do plano de ação da APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA, como intuito dar ênfase ao convívio entre diferentes gerações, pretendeu-se como tal captar imagens onde se verificassem vivências entre idosos e crianças/jovens. A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA entendeu promover um Concurso Fotográfico de forma a sensibilizar a consciência da sociedade civil para a promoção do convívio entre as diferentes gerações. Após a recolha de fotografias elegeu-se em júri as 10 melhores fotografias para colocara em exposição na Casa das Artes Felgueiras. A melhor fotografia foi permeada com um jantar gratuito para duas pessoas.

Parcerias

- A APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA, desenvolveu várias parcerias, nomeadamente, com o Município de Tabuaço, o Município do Peso da Régua, o Município de Alfândega da Fé, o Município de Mourão, Município de Alândroal, o Município de Reguengos de Monsaraz, o Município de Vila Real, CLAS (Conselho Local de Ação Social) de Felgueiras, de Lousada e Amarante, Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda, Epralima - Escola Profissional do Alto Lima, Centro Qualifica da Escola Secundária de Felgueiras, (CEFPI) Centro de Educação e Formação Profissional Integrada, Centro Qualifica de IPME, Centro Qualifica de Carvalhais/Mirandela, Centro Qualifica Associação Comercial de Braga, Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Pinheiro, Escola Profissional de Felgueiras (Centro Qualifica), IPDJ, CASES, UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), CESPU (Cooperativa De Ensino Superior Politécnico Universitário), Associação Comercial de Braga, APAV, Porto Canal, Bombeiros Voluntários Cruz Branca de Vila Real, Santa Casa da Misericórdia de Tabuaço, Lar de Sendim, Policlínica Da Lixa, DS Seguros Braga, Poliforma, Centro de Gestão Da Empresa Agrícola do Marão, COOPCUIDAR, O Amanhã Da Criança, ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, CE-CPLP (Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Farmácia Fervença, SPQS – Sociedade Portuguesa da Qualidade na Saúde, Fábrica de Calçado – António Magalhães Pinto, Lda., Augusto Faria – Mediação Seguros, Lda. (Lusitania Seguros), AESS - Associação Economia Solidária e Sustentável, Farmácia Fervença, ATA - Associação Território de Afetos, Bombeiros Voluntários de Leça do Balio, Junta de Freguesia de Eja.

IV. NÚMERO DE ASSOCIADOS

ANO	INSCRIÇÕES	Nº TOTAL DE INSCRITOS
2018	94	94

VII. Relatório de Gestão

Nos termos da alínea 23ª do Estatuto da APQV - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA, vem a Direção submeter à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório e Contas 2018.

Em termos de rendimentos, foi recebido o valor de 32.255,67€, do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego de um total de 351.000,00€ aprovados, programa esse que se iniciou em julho de 2018 e tem como data final para a sua execução abril de 2019. É de realçar que para conseguir pagar pontualmente os compromissos assumidos no âmbito do referido projeto, a Associação teve de obter um financiamento junto da CGD - Caixa Geral de Depósitos. Este financiamento foi aprovado e está devidamente documentado em ata de Direção bem como obteve validação por parte do Conselho Fiscal. À data do fecho das contas, o valor do financiamento situava-se nos 71.136,11€. Foi recebido também o valor de 26.600,00€, do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de um total de 150.000,00€ aprovados, programa este que terá a sua execução em 2019. Os restantes rendimentos dizem respeito à atividade normal da Associação.

Relativamente a gastos, estes dizem respeito quase exclusivamente ao POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e acompanham naturalmente a sua execução, nomeadamente, encargos com formandos, encargos com formadores, encargos com pessoal afeto à operação, rendas, encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação e encargos gerais da operação. Os restantes gastos dizem respeito à atividade normal da Associação.

O Resultado Líquido apresenta-se com um valor negativo de 44.005,89€, muito por força da periodicidade dos recebimentos por parte do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

Face ao que se antecede, propõe-se à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas 2018.
2. Que seja aprovada a seguinte aplicação de resultados:
 - 2.1 A importância de 44.005,89€ para a conta de resultados transitados.

I. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

No cumprimento da Lei e do Estatuto apresentamos mapas com informação detalhada para melhor compreensão e análise das contas que aqui se apresentam. A informação legalmente exigida faz parte integrante do anexo.

Rendimentos

As rubricas de maior realce (designadas de grandes rubricas), são as apresentadas no quadro abaixo, sendo que no ano de 2018, o total de rendimentos obtidos foi de 62.694,57€.

Rubricas	2018
72 – Prestações de serviços	668,90 €
75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração	62.025,67 €
	62.694,57 €

A conta 72 – Prestações de serviços, engloba o recebimento das quotas dos utilizadores (240,00€), bem como a realização de um serviço no âmbito do Microcrédito (428,90€).

A conta 75 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração, engloba o recebimento de subsídios de entidades públicas, nomeadamente, do projeto POISE-03-4230-FSE-000579 (32.255,67€) e do projeto “Portugal + Igual” (26.600,00€), bem como Doações e Heranças (3.170,00€).

Gastos

As rubricas de maior realce (designadas de grandes rubricas), são as apresentadas no quadro abaixo, sendo que no ano de 2018, o total dos gastos foi de 106.700,46€.

Rubricas	2018
62 – Fornecimentos e serviços externos	98.847,35 €
63 – Gastos com o pessoal	7.134,00 €
68 – Outros Gastos	44,11 €
69 – Gastos de Financiamento	675,00 €
Total	106.700,46 €

Financiamentos

As rubricas de maior realce (designadas de grandes rubricas), são as apresentadas no quadro abaixo, sendo que no ano de 2018, o total do financiamento foi de 71.136,11€.

Rubricas	2018
25 – Financiamentos Obtidos	71.136,11 €
Total	71.136,11 €

VIII. Demonstrações Financeiras

I. BALANÇO

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA

NIF: 514244585

Balanço em 31 de Dezembro de 2018

(em euros)

Rubrica	Notas	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		(1 453,57)	
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		(1 453,57)	
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos			
Outros ativos correntes		443 714,33	
Caixa e depósitos bancários		30 860,51	
Total ativo corrente		474 574,84	
Total ativo		473 121,27	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		(44 005,89)	
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		(44 005,89)	
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		1 107,00	
Estado e outros entes públicos		1 915,52	
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos		71 136,11	
Diferimentos		442 144,33	
Outros passivos correntes		824,20	
Total passivo corrente		517 127,16	
Total passivo		517 127,16	
Total fundos patrimoniais e passivo		473 121,27	

II. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA QUALIDADE DE VIDA

NIF: 514244585

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2018

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		668,90	
Variação nos inventários da produção		62 025,67	
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos			
Gastos com o pessoal		(98 847,35)	
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)		(7 134,00)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos			(44,11)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		(43 330,89)	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		(43 330,89)	
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			(675,00)
Resultado antes de impostos		(44 005,89)	
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(44 005,89)	

III. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Notas	2018	2017
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	240	
Pagamentos de subsídios	-	
Pagamentos de apoios	(1 570)	
Pagamentos a fornecedores	(54 694)	
Pagamentos ao pessoal	(4 054)	
Caixa gerada pelas operações	<u>(60 078)</u>	<u>-</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	
Outros recebimentos/pagamentos	<u>61 799</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	<u>1 720</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	
Activos intangíveis	-	
Investimentos financeiros	-	
Outros activos	<u>-</u>	<u>-</u>
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	
Activos intangíveis	-	
Investimentos financeiros	-	
Outros activos	-	
Subsídios ao investimento	-	
Juros e rendimentos similares	-	
Dividendos	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	71 136	
Realização de fundos	-	
Cobertura de prejuízos	-	
Doações	-	
Outras operações de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>71 136</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	
Juros e gastos similares	(719)	
Dividendos	-	
Reduções de fundos	-	
Outras operações de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(719)</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	<u>70 417</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>72 137</u>	<u>-</u>
Efeito das diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>354</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>30 861</u>	<u>18</u>

IV. ANEXO

Ao Balanço, à Demonstração de Resultados e à Demonstração do Fluxos de Caixa

1 – Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade: APQV - Associação Portuguesa Da Qualidade de Vida

1.2 – Sede: Rua António Manuel Cerqueira Magro, Edifício Cidade Nova, Bloco D, R/C, Fração B, 4615-594 Borba de Godim, concelho de Felgueiras.

1.3 – Número de identificação de pessoa coletiva: 514244585

1.4 – Natureza da atividade: Associação sem fins lucrativos

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para apresentação da Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011, de 14 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011, de 14 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de março, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), a saber:



Continuidade – Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (Periodização Económica) – Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do recebimento ou pagamento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com as quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação – As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevantes para os utentes.

Materialidade e Agregação – A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são suficientemente materiais para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser suficientemente materiais para que sejam discriminados nas notas de Anexo.

Compensação – Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não são compensados, exceto quando a compensação reflita a substância da transação.

Informação Comparativa – A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio

da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 - Adoção pela 1ª vez das NCRF – ESNL

Em 1 de janeiro de 2018 adotou-se pela primeira vez as NCRF-ESNL. A Portaria nº 106/2011, de 14 de março, aprovou o Código de Contas específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

A apresentação das Demonstrações Financeiras de 2018 adotou, assim, os modelos aplicáveis às ESNL constantes da Portaria nº 105/2011, de 14 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis são valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas (modelo do custo). O método de depreciação usado é o das quotas constantes. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo e as despesas inerentes à sua aquisição. Os gastos subsequentes com grandes renovações também são reconhecidos no custo do Ativo. Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor do Ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações de resultados.

As taxas de depreciação aplicadas aos bens são as constantes do Decreto-Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

Ativos Fixos Tangíveis	Taxas de Depreciação	Vida Útil
Terrenos e recursos naturais	0%	-
Outros edifícios e construções	5%	20 anos
Equipamento básico	10%-33.33%	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Equipamento administrativo	12.5%-33.33%	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	7.14% a 25%	4 a 14 anos

5 – Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis são valorizados pelo custo de aquisição, depois são valorizados pelo modelo do custo (custos menos depreciações acumuladas). O método de aquisição é o das quotas constantes.

6 – Custos de Empréstimos obtidos

A Associação recorreu a um empréstimo sob a forma de abertura de crédito na CGD – Caixa Geral de Depósitos. O empréstimo é para pagar pontualmente os compromissos assumidos no âmbito do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, ou seja, sempre que haja despesas a liquidar o banco fornece o crédito e quando a Associação recebe do projeto liquida os débitos à banca. Este empréstimo teve um custo de encargos relacionados com a elaboração da operação de 675,00€.

7 - Locações

Os contratos de Locação Financeira são registados na data do seu início pelo valor do bem. A dívida resultante de um contrato de Locação Financeira são registados na rubrica “Financiamentos Obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos nas Demonstração de Resultados a que dizem respeito. Os ativos adquiridos em Locação Financeira são amortizados de acordo com a política de depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis.

8 – Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição. O custo de inventário inclui todos os custos de compra, transporte e outros custos incorridos. A fórmula de custeio é a do Custo Médio Ponderado.

9 - Instrumentos Financeiros

A Associação reconheceu pelo valor dos instrumentos financeiros tais como clientes e utentes, contas a receber, fornecedores e contas a pagar (passivos correntes) ou empréstimos bancários.

Créditos a receber – 0€

Outras Contas a receber – POISE-03-4230-FSE-000579 – 318.744,33€

Outras Contas a receber – “Portugal+Iguar” – 123.400,00€

Fornecedores – 1.107,00€

Empréstimos Bancários – 71.136,11€

10 - Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas

Os Subsídios foram reconhecidos na sua totalidade no momento da aprovação na conta de rendimentos a reconhecer por contrapartida da conta de devedores diversos, posteriormente como rendimentos, pelos valores atribuídos. Desta forma conseguimos controlar os valores a receber em qualquer momento.

11 - Rédito

O Rédito é reconhecido após o recebimento das quotas dos utilizadores, da conclusão dos serviços prestados, do recebimento de subsídios, doações e heranças.

Classe	Nível	Conta	Descrição	Acumulado	
				Débito	Crédito
7	2	72	Prestações de serviços		
7	3	721	Prestações de serviços-Quotas dos Utilizadores	668,90	668,90
7	4	7211	Prestações de serviços-Quotas dos Utilizadores-Continente	240,00	240,00
7	5	72112	Prestações de serviços-Quotas dos Utilizadores-Continente-Isento	240,00	240,00
7	3	727	Prestação de serviços a designar	240,00	240,00
7	2	75	Subsídios, doações e legados à exploração	428,90	428,90
7	3	751	Subsídios de entidades públicas	62 025,67	62 025,67
7	4	7511	Subsídios de entidades públicas-POISE-03-4230-FSE-000579	58 855,67	58 855,67
7	4	7512	Subsídios de entidades públicas-"Portugal+Iguar"	32 255,67	32 255,67
7	3	753	Doações e heranças	26 600,00	26 600,00
				3 170,00	3 170,00

12 - Benefícios dos Empregados

São reconhecidos como um gasto no exercício em que o serviço é proporcionado.

Classe	Nível	Conta	Descrição	Acumulado	
				Débito	Crédito
6	2	63	Gastos com o pessoal		
6	3	632	Gastos com o pessoal-Pessoal	7 134,00	7 134,00
6	4	6321	Gastos com o pessoal-Pessoal-Vencimentos mensais	5 862,62	5 862,62
6	5	63211	Gastos com o pessoal-Pessoal-Vencimentos mensais-POISE-03-4230-FSE-000579	4 326,92	4 326,92
6	4	6322	Gastos com o pessoal-Pessoal-Subsídio férias	4 326,92	4 326,92
6	5	63221	Gastos com o pessoal-Pessoal-Subsídio férias-POISE-03-4230-FSE-000579	409,08	409,08
6	4	6323	Gastos com o pessoal-Pessoal-Subsídio natal	409,08	409,08
6	5	63231	Gastos com o pessoal-Pessoal-Subsídio natal-POISE-03-4230-FSE-000579	361,62	361,62
6	4	6324	Gastos com o pessoal-Pessoal-Subsídio de alimentação	361,62	361,62
6	5	63241	Gastos com o pessoal-Pessoal-Subsídio de alimentação-POISE-03-4230-FSE-000579	572,40	572,40
6	4	6325	Gastos com o pessoal-Pessoal-Ajudas de custo	572,40	572,40
6	5	63251	Gastos com o pessoal-Pessoal-Ajudas de custo-POISE-03-4230-FSE-000579	192,60	192,60
6	3	635	Encargos sobre remunerações	192,60	192,60
6	4	6352	Encargos sobre remunerações-Pessoal	1 136,75	1 136,75
6	5	63521	Encargos sobre remunerações-Pessoal-POISE-03-4230-FSE-000579	1 136,75	1 136,75

O número de funcionárias em 2018 era de 1. A funcionária em questão foi uma contratação pelo período de 10 meses exatamente na mesma durabilidade e pelo acréscimo de trabalho temporário no âmbito do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

Os Órgãos Sociais não são remunerados.

13 - Impostos Sobre o Rendimento

A Associação não praticou quaisquer atividades sujeitas a este imposto.

14 – Outras divulgações

1. Caixa e Depósitos Bancários

Classe	Nível	Conta	Descrição	Acumulado		Saldo	
				Débito	Crédito	Devedor	Credor
1	2	11	Caixa	2.754,00	2.204,00	550,00	-
1	3	1101	Caixa Fixo 01	2.754,00	2.204,00	550,00	-
1	2	12	Depósitos à ordem	144.239,20	113.928,69	30.310,51	-
1	3	1201	Depósitos à ordem-Santander Totta 012	3.360,07	3.360,07	-	-
1	3	1202	Depósitos à ordem-Santander Totta 013	32.255,67	32.255,67	-	-
1	3	1203	Depósitos à ordem-Caixa Geral de Depósitos 041	108.623,46	78.312,95	30.310,51	-

2. Estado e outros entes públicos

2	2	24	Estado e outros entes públicos	1.755,97	3.671,49	-	1.915,52
2	3	242	Retenção de impostos sobre rendimentos	351,00	1.974,00	-	1.623,00
2	4	2421	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho dependente	351,00	424,00	-	73,00
2	5	24211	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho dependente-Retenção IRS	351,00	424,00	-	73,00
2	6	242111	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho dependente-Retenção IRS-Contínente	351,00	424,00	-	73,00
2	7	2421111	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho dependente-Retenção IRS-Contínente-POISE-03-4230-FSE-000579	351,00	424,00	-	73,00
2	4	2422	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho independente	-	1.550,00	-	1.550,00
2	5	24221	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho independente-Contínente	-	1.550,00	-	1.550,00
2	6	24221011	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho independente-Contínente-José Filipe Carneiro Reguenga	-	1.462,50	-	1.462,50
2	7	242210111	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho independente-Contínente-José Filipe Carneiro Reguenga-POISE-03-4230-FSE-000579	-	1.462,50	-	1.462,50
2	6	24221016	Retenção de impostos sobre rendimentos-Trabalho independente-Contínente-Carla Alexandra Dos Santos Ribeiro	-	87,50	-	87,50
2	3	245	Contribuições para a segurança social	1.404,97	1.697,49	-	292,52
2	4	2451	Contribuições para a segurança social-Segurança social	1.404,97	1.697,49	-	292,52
2	5	24512	Contribuições para a segurança social-Segurança social-Pessoal	1.404,97	1.697,49	-	292,52
2	6	245121	Contribuições para a segurança social-Segurança social-Pessoal-POISE-03-4230-FSE-000579	1.404,97	1.697,49	-	292,52

3. Fornecimento de Serviços Externos

Classe	Nível	Conta	Descrição	Acumulado		Saldo	
				Débito	Crédito	Devedor	Credor
6	3	622	Serviços especializados	34.871,38	34.871,38	-	-
6	3	623	Materiais	99,16	99,16	-	-
6	3	624	Energia e fluidos	79,73	79,73	-	-
6	3	625	Deslocações, estadas e transportes	40.541,76	40.541,76	-	-
6	3	626	Serviços diversos	23.510,62	23.510,62	-	-

4. Fluxos de Caixa

- Fluxos de Caixa das atividades operacionais (Caixa gerada pelas operações)

Engloba os recebimentos dos clientes e utentes da associação, os pagamentos de apoios (Vamos ajudar o Ruben), os pagamentos aos fornecedores e os pagamentos ao pessoal.

- Outros recebimentos/pagamentos

Engloba os recebimentos das participações (Subsídios à Exploração), o valor recebido de donativos e prestações de serviços (Microcrédito).

Engloba os pagamentos de impostos (retenções na fonte da trabalhadora dependente bem como as contribuições para a Segurança Social).

- Recebimentos provenientes de financiamentos obtidos

Engloba o valor do financiamento obtido, durante 2018, no âmbito do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

- Pagamentos respeitantes a juros e gastos similares

Incluí os juros pagos para a abertura de crédito e montagem da operação do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e as comissões bancárias.

15 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não há dívidas em mora ao Setor Público Administrativo.

Não ocorreram factos relevantes após o fecho das contas.

IX. Parecer do Conselho Fiscal

Parecer

Analisadas as contas, somos de parecer que o Relatório de Contas e as Contas da Direção e os seus documentos de divulgação, em termos gerais, podem considerar-se em conformidade com as regras legais e estatutárias.

Nestes termos, propomos que o presente relatório de contas seja aprovado pela Assembleia Geral a realizar a 29 de março de 2019.

Amarante, 25 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL:

Presidente

Natália Maria Pereira De Macedo



Vice-presidente

Ana Fernanda Medeiros Ribeiro Rodrigues



Secretário

Ângela Luciana Da Cunha Marinho



